



REQUERIMENTO N° 280/2026

Sr. Presidente,
Sras. Vereadoras,
Srs. Vereadores:

REQUER AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PRODUÇÃO RURAL – SEMPROR, O ENCAMINHAMENTO DE INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS REFERENTES À LOCAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, CAMINHÕES E DEMAIS VEÍCULOS UTILIZADOS PELA SECRETARIA NOS EXERCÍCIOS DE 2025 E 2026, INCLUINDO CONTRATOS, PAGAMENTOS, MEDIÇÕES, IDENTIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E COMPROVAÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Autoria: Vereador ELVIS SILVA CRUZ - ZÉ DO BODE

Requeiro ao Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Parauapebas – Vereador Anderson Moratório, que depois de cumprido o rito regimental e ouvindo o soberano plenário desta casa de leis, o encaminhamento ao poder executivo para solicitar informações e documentos referentes à locação de máquinas, equipamentos, caminhões e demais veículos utilizados pela Secretaria Municipal De Produção Rural – SEMPROR nos exercícios de 2025 e 2026, incluindo contratos, pagamentos, medições, identificação dos equipamentos e comprovação dos serviços executados, e dá outras providências.

Diante do exposto, requer:

I – Que seja encaminhada cópia integral de todos os contratos, atas de registro de preços, termos aditivos, ordens de serviço e demais instrumentos celebrados pela Secretaria Municipal de Produção Rural – SEMPROR, que tenham por objeto a locação de máquinas pesadas, caminhões, tratores, implementos agrícolas, equipamentos e veículos em geral, vigentes ou executados nos exercícios de 2025 e 2026;



II – Que sejam encaminhadas as notas fiscais, liquidações, empenhos, ordens bancárias e comprovantes de pagamento referentes aos contratos de locação mencionados no item anterior, discriminados por fornecedor e por competência;

III – Que seja apresentada relação completa dos equipamentos locados, contendo, no mínimo, a identificação individual de cada bem, especificação do equipamento, modelo, fabricante, número de série, número de patrimônio quando aplicável, placas dos veículos e caminhões, bem como qualquer outro elemento que permita sua individualização e rastreabilidade;

IV – Que sejam encaminhadas todas as medições, relatórios de execução, boletins de medição, diários de campo, relatórios operacionais, mapas de utilização, fichas de controle e demais documentos utilizados para atestar a prestação dos serviços e autorizar os respectivos pagamentos;

V – Que seja informada a quantidade de horas trabalhadas, dias de utilização ou qualquer outro critério adotado para medição dos serviços de cada equipamento locado, acompanhada dos respectivos documentos comprobatórios;

VI – Que sejam encaminhadas as rotas, localidades, vicinais, assentamentos, comunidades rurais ou demais áreas beneficiadas pelos serviços executados mediante os equipamentos locados, indicando as datas de execução e os serviços realizados;

VII – Que sejam encaminhados os relatórios de fiscalização contratual, designação dos fiscais dos contratos, pareceres técnicos, termos de recebimento e demais documentos que demonstrem o acompanhamento e fiscalização da execução contratual;

VIII – Que seja apresentada planilha consolidada contendo, por contrato, o valor contratado, o valor efetivamente pago, saldo contratual, período de vigência e empresa contratada, relativamente aos exercícios de 2025 e 2026;

IX – Que sejam encaminhados os processos administrativos completos que deram origem às respectivas contratações, incluindo Documento de Formalização de Demanda – DFD, Estudo Técnico Preliminar – ETP, Termo de Referência, pesquisa de preços, parecer jurídico e demais documentos integrantes dos processos licitatórios ou de contratação direta.



X – Que todas as informações e documentos sejam encaminhados em formato digital pesquisável, abrangendo exclusivamente os exercícios financeiros de 2025 e 2026.

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento tem por finalidade assegurar o pleno exercício da função fiscalizatória do Poder Legislativo Municipal, prevista na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno da Câmara Municipal de Parauapebas, mediante a obtenção de informações detalhadas acerca das contratações de locação de máquinas, equipamentos, caminhões e demais veículos utilizados pela Secretaria Municipal de Produção Rural – SEMPROR nos exercícios de 2025 e 2026.

É de conhecimento público que a manutenção de estradas vicinais, a recuperação de acessos rurais, o apoio à produção agrícola e o atendimento às comunidades do campo dependem, em grande medida, da utilização contínua de maquinários pesados, caminhões e equipamentos especializados. Em razão disso, os contratos destinados a tais finalidades costumam representar expressivos investimentos de recursos públicos, exigindo permanente acompanhamento por parte dos órgãos de controle e do Poder Legislativo.

A fiscalização dos gastos públicos não se limita à análise dos valores pagos, sendo indispensável verificar a efetiva execução dos serviços contratados, a identificação dos equipamentos utilizados, a regularidade das medições realizadas, a compatibilidade entre as horas trabalhadas e os pagamentos efetuados, bem como a comprovação dos locais efetivamente beneficiados pelas atividades desenvolvidas.

A obtenção das informações solicitadas permitirá verificar se os recursos públicos empregados nas locações atenderam aos princípios constitucionais da legalidade, moralidade, eficiência, economicidade e transparência, possibilitando a conferência da correspondência entre os serviços contratados, os serviços executados e os valores efetivamente desembolsados pela Administração Pública.

Além disso, a apresentação dos relatórios de medição, documentos de fiscalização, registros operacionais e comprovantes de execução contribuirá para



demonstrar a efetividade das ações realizadas em benefício dos produtores rurais do município, especialmente no que se refere à recuperação de vicinais, abertura e manutenção de acessos, suporte à atividade agrícola e demais serviços vinculados ao desenvolvimento rural.

Cumprе destacar que a solicitação não possui caráter acusatório ou punitivo, mas decorre do dever constitucional de fiscalização atribuído aos vereadores, bem como da necessidade de garantir a máxima transparência na aplicação dos recursos públicos, permitindo que a população tenha acesso às informações relativas à execução das despesas custeadas pelo Município.

Diante da relevância da matéria, da necessidade de fortalecimento dos mecanismos de controle da Administração Pública e da importância de assegurar a correta aplicação dos recursos destinados ao setor produtivo rural, submeto o presente Requerimento à apreciação dos nobres pares, esperando sua aprovação.

Plenário João Prudêncio de Brito, 10 de junho de 2026.

Elvis Silva Cruz – ZÉ DO BODE
Vereador – União Brasil